



**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais**

**De Cardoso a Lula: um balanço da diplomacia presidencial no
Brasil**

Anderson Gaspar Inácio Pinho

**Artigo apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Relações
Internacionais**

**Orientador: Professor Dr. José Flávio Sombra
Saraiva**

– março de 2016 –

RESUMO

A diplomacia na arena contemporânea das relações internacionais passou por diversos processos de transformações. Novos elementos e atores passaram a fazer parte do tabuleiro do jogo internacional. O fazer diplomacia deixa de ser uma tarefa exclusiva dos agentes diplomáticos, o processo da diplomacia então sofre influência dos mais diversos lados, desde setores importantes da opinião pública, da mídia e dos diversos âmbitos do governo. A diplomacia presidencial surge como uma forma de adequação as necessidades da sociedade moderna, um meio de alavancar os objetivos traçados internamente pelas políticas externas dos Estados. No Brasil, a prática ganhou notoriedade nos governos de FHC e Lula, quando ambos usaram da ferramenta em larga escala. Sob análise feita de ambos os governos, podemos notar que a condução da política externa feita pelo mandatário é amplamente influenciada pelo seu viés político e pessoal.

Palavras chaves: Diplomacia presidencial, política externa, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva.

ABSTRACT

Diplomacy in the contemporary arena of International relations has gone through several transformation processes. New elements and actors are now part pieces on the board of the international game. Making diplomacy is no longer an exclusive task of diplomatic agents, diplomacy experiences influence from everywhere, from important sectors of public opinion, from media and from diver's government's sectors. Presidential diplomacy emerges to fit the needs of the modern society, a way of boosting the goals set internally by the Countries' foreign policy. In Brazil, this practice was specially noticed on FHC's and Lula's government's, when they booth used this tool widely. Under the analysis of both governments, One can tell that the foreign policy is widely influenced by theirs political and personal bias.

Key words: Presidential diplomacy, foreign policy, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva

INTRODUÇÃO

Definir a globalização e seus impactos na esfera das relações internacionais não é uma tarefa simples. Assim como a infinidade de possibilidades que podem ser dadas para o seu conceito, também são diversos os espaços que sofreram modificações no seu comportamento após o advento da globalização. Biz (2004), enxerga o processo global como uma realidade dada, inevitável e irresistível, que permeia os mais diversos campos da política internacional e que será responsável por ditar novos paradigmas no relacionamento interestatal. Dentro dos principais impactos da globalização, podemos citar a fragmentação do poder, o avanço no campo comunicacional e “dissolução” das fronteiras estatais. Surgia aí então, um mundo multipolar e digitalmente interligado (CAMARGO, 2012, p. 12). É diante desse cenário, e buscando compreender as novas formas que a política internacional assumiu que o estudo da diplomacia presidencial se mostrou relevante para academia.

Fazer política na era da informação tornou-se tarefa ainda mais complexa. Nessa nova etapa da política, os pilares básicos do jogo do poder internacional não deixam de existir, mas passam a ser combinados com novas forças e formas, podendo assim tornar-se mais fortes ou mais frágeis. Nas palavras de Leonardo Valente (2007, p. 33), “(...) as novas tecnologias da comunicação de massa são importantes para a ampliação e a manutenção do poder do Estado no cenário Internacional”. Nesse sentido, os agentes diplomáticos e os chefes de governos tiveram que repensar o seu papel e atuação no que concerne a política externa e suas agendas internacionais.

A esfera diplomática deixa de ser fechada e assunto exclusivo dos diplomatas, passando a ser aberta e pública, aumentando o interesse da imprensa pelos temas de política externa e conseqüentemente da opinião pública, é no arcabouço da diplomacia pública, descrita por Eytan Gilboa (1987), que se situa a diplomacia presidencial.

A temática que serve como pano de fundo para estudo que se segue é a diplomacia presidencial. A proposta é observar como se dá na prática a condução da política externa pelo chefe de Estado e/ou governo. Buscou-se identificar ao longo do desenvolvimento quais fatores são relevantes para a execução da prática diplomática.

A periodicidade do termo diplomacia presidencial no Brasil cresceu, na mídia e na academia, a partir dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, período que houve maior inserção internacional do Brasil e intensificação da participação dos mandatários nos assuntos internacionais

(RODRIGUES, 2014). FHC e Lula assumiram pessoalmente o controle e a condução diplomática como meio primordial para a evolução da política externa brasileira.

Dada à importância dos dois governos para os estudos da diplomacia presidencial, o período que compreende os dois mandatos de FHC e os dois mandatos de Lula foi adotado como recorte temporal para o presente estudo. Buscou-se então observar como foi desenvolvida a diplomacia presidencial em ambos os governos, evidenciando como a prática foi alocada frente aos desafios sistêmicos enfrentados pelas gestões e se esta foi utilizada a fim de atingir as metas propostas pela PEB em ambos os períodos.

A proposta também tem aspecto comparativo, oferecendo ao leitor as ferramentas necessárias para confrontar a diplomacia executada por FHC com a diplomacia executada por Lula. Nesse sentido a intenção é que se observe quais os principais pilares que sustentaram a diplomacia presidencial dos presidentes citados e se os objetivos almejados direcionaram a condução da diplomacia nesses governos.

Para cumprir os objetivos acima traçados, o desenvolvimento da presente pesquisa se dividiu da seguinte forma: a) definição teórica, b) diretrizes da PEB no período em tela, e c) um balanço histórico da diplomacia presidencial no Brasil.

A primeira seção é responsável por aferir e conceituar, com bases teóricas, o termo diplomacia presidencial, servindo de guia para a leitura que se segue. Em uma segunda seção, são apresentadas as linhas gerais da política externa de FHC e Lula, que foi eleito como marco temporal da pesquisa, o tópico da aos leitores a capacidade de mais tarde observar como se deu a ação presidencial na diplomacia brasileira desses. Por fim, na terceira seção, a teoria do conceito e das diretrizes da PEB são confrontadas com as práticas da diplomacia presidencial nos governos de FHC e Lula.

Devemos ressaltar que a presente pesquisa não pretende examinar a exaustividade as causas e efeitos da diplomacia presidencial ocorridos nos governos eleitos para a análise. O que se pretende é apresentar de forma geral e sintética um panorama da prática presidencial no Brasil em ambos os governos. Por fim, chamamos a atenção para que novos estudos e pesquisas se dediquem a temática, com o intuito de observar por outros ângulos a diplomacia presidencial no Brasil.

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL: O CONCEITO

A diplomacia em seu conceito *stricto sensu* pode ser definida como conjunto de pessoas, instituições e práticas pelas quais se materializam as necessidades externas de uma nação, bem como as vontades oriundas do aparelho político desse país (MOTA, 2007, p. 37). Por um longo período as atividades diplomáticas de um Estado foram de domínio quase que exclusivo do corpo diplomática daquela nação. Entretanto, como aponta Barnabé (2005) as Relações Internacionais, arcabouço que se encontra a diplomacia, podem e devem ser percebidas sob um espectro mais amplo, considerando uma grande diversidade de atores envolvidos no processo, é nesse cenário que a diplomacia presidencial ganha espaço e relevância para as questões de política externa.

Instrumento que tem ganhado destaque nas ações diplomáticas das nações e nos esforços de projeção interna dos mandatários, a diplomacia cúpula é marcada pela participação ativa e direta dos chefes de governos e/ou Estado na formulação e implementações da política externa de seu país (FARIAS 2011, p. 03). A definição mais aceita e comumente adotada nas pesquisas acadêmicas que versam sobre o tema, que também será adotada nesse trabalho, é a elaborada por Sergio Danese (1999, p. 51), que caracteriza a diplomacia presidencial como: “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex-officio*, pelo presidente, ou no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”.

A formação dos Estados-Nações e a consolidação de suas soberanias é um marco na história da diplomacia de cúpula, é nesse período que a prática ganha força nos arranjos diplomáticos executados dentro das monarquias absolutistas (PRETO, 2006, p. 31). Já na diplomacia contemporânea, é no século XX, dentro dos regimes presidencialistas, que o exercício ganha maior destaque e espaço, passando a ser denominada, nesses casos, de diplomacia presidencial. São apontados como marcos para a diplomacia presidencial na cena contemporânea os governos dos presidentes norte americanos Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1912-1921), o sucesso dos dois casos mencionados e a projeção interna e externa alcançadas por ambos os governos foi responsável pela expansão do modelo para outros países (PRETO, 2006, p.32).

O exercício da diplomacia presidencial se distânciava em certa medida do que é considerado protocolar a diplomacia tradicional exercida pelo mandatário. Nesse sentido, a execução da diplomacia presidencial tem sua preocupação muito além do que

é tido como corriqueiro para um chefe de Estado, existe nesse cenário interesses maiores como: alavancar os objetivos da agenda interna e externa de seu país, exercer pressões políticas com sua autoridade, captar a atenção da opinião pública e da mídia para as questões externas aumentando assim sua visibilidade interna (CERQUEIRA, 2005, p.54; DANESE, 1999, p. 70; PRETO, 2006, p. 34).

Ainda que de modo geral a diplomacia presidencial possa ser definida como aquilo que é oposto as ações diplomáticas tradicionais, ou seja, que foge as atividades *ex-officio* estabelecidas dentro do protocolo de uma nação, normalmente documentadas em suas constituições, Danese (1999) nos indica que o fenômeno pode se dar em vários Graus como veremos no quadro abaixo:

Tabela 1 - Graus de atuação do mandatário em política externa

	Atuação
Grau 00	Cumpre as obrigações constitucionais. Diplomacia protocolar.
Grau 01	Age de acordo com circunstâncias causadas por agentes externos. Resposta à reação externa. O mandatário é acionado em situações pontuais.
Grau 02	Age em situações especiais, acionado pelo corpo diplomático. A figura de autoridade do mandatário é utilizada para referendar posições, combater oposições, conduzir diálogos transmitir ideias, valendo-se de sua posição de autoridade.
Grau 03	A política externa é conduzida pessoalmente pelo mandatário, sendo este o detentor da iniciativa das ações externas e de seus resultados.

Fonte: Danese (1999). Elaboração própria

A execução da diplomacia presidencial é amplamente evidenciada no grau 03, onde as iniciativas da política externa são conduzidas à luz da sensibilidade do chefe de Estado, ultrapassando em larga escalas as obrigações básicas a ele atribuídas. Nos Graus

01 e 02, o exercício da diplomacia presidencial está condicionado a eventos pontuais, e quando solicitados pelo corpo diplomático, nesses exemplos, a diplomacia se vale do prestígio da figura do mandatário para angariar ganhos e/ou minimizar prejuízos. Por fim, o grau 00 é onde inexiste a diplomacia presidencial, onde se executa apenas as funções protocolares previamente estabelecidas.

Na busca por compreender o conceito e a prática da diplomacia presidencial, entender o que é considerado como protocolar para o mandatário é importante peça. Danese (1999) define como protocolar as atribuições descritas na carta magna daquela nação, funções de cunho administrativas, formais oriundas da *persona* que o chefe de Estado representa. Algo imposto e obrigatório, não natura e espontâneo.

Entretanto, as recentes transformações ocorridas na cena internacional após o fim da Guerra Fria e o advento da globalização são responsáveis por desenhar novos paradigmas no relacionamento entre os Estados. Diante dessa nova realidade a agenda dos chefes de Estado passa a ser permeada por diversas viagens presidenciais, participação em reuniões internacionais entre outros eventos externos (PRETO, 2006, p.35). Assim, é possível vislumbrar que as atividades presidenciais relacionadas à política externa, que outrora se apresentava de forma mais branda, sofreu um aumento natural com o fenômeno da globalização. Não se pode, sobretudo, confundir viagens, compromissos internacionais com a implementação do grau 03 da diplomacia presidencial, ainda que em algumas situações esse seja o caso. O cumprimento de uma agenda internacional estabelecida pela diplomacia do país deve ser encarado como atividades protocolares ou situações que se encaixam nos graus 01 e 02. Para a execução do grau 03 deve-se sempre observar a condução da política aos cuidados do mandatário em todos os seus estágios.

A adoção da diplomacia presidencial, além das consequências externas, tem impactos internos também, uma vez que elementos alheios à rotina tradicional da burocracia diplomática são considerados no processo em questão, como a opinião pública, o equilíbrio dos interesses internos e a amplificação da cobertura midiática para os assuntos de política externa, dada em função da visibilidade que a figura do chefe de Estado carrega (CERQUEIRA, 2005, p 54).

No Brasil, são raros os casos da execução da diplomacia presidência por um longo tempo da nossa história, por um longo período os mandatários brasileiros se preocuparam prioritariamente com a condução interna da política brasileira, delegando ao Itamaraty a responsabilidade quase que total de cuidar da política externa brasileira.

É somente na primeira metade da década de 90 que se começa a falar de diplomacia presidencial no Brasil, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, esse também é apontado como principal marco temporal para a produção acadêmica de produções que tratam do fenômeno no Brasil. (PRETO, 2006, p. 41).

No governo do presidente FHC, a diplomacia presidencial passou a ser incorporada como uma das diretrizes da PEB. Nesse sentido Cerqueira assevera que:

A participação do presidente na condução da política externa foi um dos traços marcantes do governo Cardoso, sobretudo nos dois primeiros anos, quando a intensa agenda do internacional do presidente e sua desenvoltura no diálogo com mandatários de outros países e em outros foros multilaterais trouxeram ao debate doméstico as funções e os objetivos da diplomacia presidencial. (...) a agenda internacional do presidente passou a fazer parte da pauta dos jornais e temas de política externa ganharam visibilidade e relevância para a sociedade (CERQUEIRA, 2005, p, 57).

Consolidada no governo de FHC, atingindo então grau 03 na condução da política externa, seu sucessor o presidente Lula também é responsável por dirigir a política externa brasileira no seu governo. Paulo Roberto de Almeida ressalta a intensa agenda de viagens e visitas oficiais do presidente durante seu governo, e sua ampla participação em foros internacionais, apontando este como uma das vertentes da política externa durante esse período.

Por fim, um importante elemento deve ser pontuado aqui, características pessoais dos mandatários é um elemento importante para o sucesso da diplomacia presidencial. Em ambos os casos acima citados as características próprias dos presidentes foram centrais na condução da diplomacia brasileira. No caso do presidente FHC, o respeito internacional oriundo de sua carreira acadêmica previamente consolidada é responsável por referendar seu respeito frente a outros Estados. Já o presidente Lula, o carisma pessoal do mandatário foi a principal “arma” utilizada na condução dos assuntos diplomáticos do Brasil.

DE CARDOSO A LULA: AS PRINCIPAIS DIRETRIZES DA PEB NO PERÍODO

A partir da década de 90 uma nova gama de condicionantes internas e externas norteou a agenda internacional do Brasil. Internamente a abertura da economia á competição internacional, o controle da inflação e reformas estruturais são apontadas

como importantes passos para o um crescente desenvolvimento econômico e expansão do comércio exterior. No âmbito externo o ajuste que os países faziam inclusive o Brasil, para se adequar a nova realidade pós Guerra-Fria, também foram determinantes para as diretrizes que o país adotaria (SOUZA, 2009, p. 7).

No período em tela, os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva tem importante destaque nas Relações Internacionais do Brasil. Sob a égide do presidente FHC, a política externa brasileira foi marcada pelo caráter liberalizante adotado, em âmbito doméstico e internacional. Já a gestão do presidente Lula foi marcada pela busca das reformas das instituições de governação, a projeção brasileira na América do Sul e a aproximação com potências regionais em todo o mundo.

Como o marco temporal adotado no presente artigo refere-se aos governos supramencionados, o presente tópico apresentara nos próximos parágrafos as diretrizes bases da política externa brasileira durante o período, com intuito de posteriormente analisá-los sob o aspecto da diplomacia presidencial.

O Governo FHC (1995-2002)

A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso é marcada em seu período inicial pela crise paradigmática que a PEB enfrentava nos primeiros anos da década de 90. As mudanças sistêmicas ocorridas no plano externo, decorrente do fim da Guerra Fria e da aceleração das relações causadas pelo fenômeno da globalização são as principais responsáveis pelo redesenho da PEB nesse período (CERVO, 2002, p.5).

Os principais desafios que o governo FHC se propôs a enfrentar no campo da política externa, em que seriam também os principais vetores da PEB no período eram: adaptarem-se as mudanças sistêmicas ocorridas na esfera internacional, combater ao cenário desfavorável aos países de terceiro mundo, buscar uma maior institucionalização da PEB com vistas na criação de oportunidades e equipararem-se aos demais países do globo nas decisões mundiais (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p. 34).

Duas das principais ferramentas utilizadas para alcançar os objetivos acima citados foram o multilateralismo e o fomento das discussões de temas que haviam sido marginalizados durante o período da bipolaridade mundial. A maior participação em estratégias multilaterais conferia ao Brasil uma ampliação no seu poder de manobra

dentro da comunidade internacional, nas palavras de Cervo (2002, p. 7): “O multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade.” A proposta da chancelaria nesse sentido era a busca, em futuro não tão distante, da criação de um ambiente favorável aos interesses do Brasil, onde alinhados com outros Estados, reformassem as instituições internacionais, criando regimes e normas que atendessem aos interesses brasileiros (VIGEVANI, 2003, p. 38). Ainda nesse arcabouço, o fim da centralidade das questões de alta política mostrou-se oportunas para as nações que não tinham um bom desempenho nesse setor, ou seja, nações como o Brasil puderam trazer para a agenda internacional, temáticas que lhes eram favoráveis e importantes. Nesse sentido a agenda proposta pela política externa de Cardoso contemplava como principais temas os seguintes: O liberalismo econômico, os direitos humanos e as questões ambientais.

No campo comercial dois eram os principais pilares que orientavam a política externa à época, assumir a posição de *global trader* e utilizar o Mercosul como plataforma de projeção comercial internacional. A incorporação do termo *Global trader* ao vocábulo da PEB, demonstrava claramente o interesse brasileiro em parcerias globais, sem restrições, diversificando seus mercados e parceiros. A opção que é feita é pela liberalização comercial multilateral, acrescida nesse caso a vertente regionalista, desde que essa não implique em restrições de suas ações comerciais (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p. 35).

Outra característica marcante da PEB do governo FHC é a intensificação do uso da diplomacia presidencial. É nesse período em que é notado o maior fomento no uso do artifício diplomático. Alguns autores, como Danese (1999) e Cerqueira (2005), relacionam o aumento à execução da diplomacia presidencial com o anseio de uma liderança regional bem como a restauração de uma posição de prestígio do Brasil no mundo. Entretanto, a esse ponto será dada uma atenção especial nos próximos tópicos.

Por fim, Vigevani (2003, p. 58), enumera quais os pontos de avanços e fracassos da PEB durante o governo FHC. Na lista dos pontos positivos o autor elenca que: a) a política executada contribuiu para posicionar o Brasil entre os países que aderem a valores internacionais, b) melhorou o conceito do país frente às demais nações do globo; e c) consolidação do posicionamento pacifista do Brasil, respeitando sempre seu viés construtivo. Na lista dos pontos negativos temos: a) debilidade frente aos entraves na promoção do desenvolvimento, reforçando assim a característica histórica do encolhimento do peso do Brasil na economia mundial; b) as debilidades internas,

principalmente sociais, que constroem uma imagem negativa do Brasil junto à opinião pública dos países ricos, dificultando assim parcerias e vantagens que poderiam ser alcançadas; c) os entraves e constrangimentos internos que enfraqueceram o processo de integração latino americano, bem como a busca por uma liderança regional.

O Governo Lula (2003-2011)

Durante o governo Lula, o multilateralismo foi utilizado pela diplomacia brasileira como meio de inserção do Brasil no processo de construção da política internacional. Nos últimos dez anos, podemos observar como uma das principais diretrizes da PEB a construção de alianças e parcerias no plano global e regional, simultaneamente, em prol de causas e objetivos do desenvolvimento econômico e social, o discurso brasileiro busca a promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações (VIGEVANI, CEPALUNNI, 2007, p. 4).

No âmbito comercial e econômico a atuação brasileira nos fóruns internacionais foi intensificada, buscando assim, novas oportunidades comerciais e defender os interesses dos países emergentes e agroexportadores. Consoante a isso, observamos a atuação brasileira no âmbito do G-20 e na organização mundial do comércio (OMC). No G- 20, após a crise de 2008, o governo brasileiro concentrou seus discursos na necessidade de uma reforma nos moldes da política econômica vigente, ou seja, as atuais instituições financeiras, que são pilares básicos da economia internacional, precisam ser repensadas de maneira que a evidenciar a nova dinâmica internacional. O protagonismo do Brasil nas reuniões de cúpulas de órgãos como os acima citados, ainda logra para o país o papel porta voz dos países em desenvolvimento frente às grandes potências - ainda que muitas vezes, tal representação seja feita em conjunto com as demais potências emergentes, como será visto mais a seguir.

Ainda referente às ações multilaterais do Brasil, a formação de novas redes internacionais são de grande importância para compreender a PEB no período em tela e os anseios almejados e logrados pelo país na seara internacional. O alinhamento com nações que tenham interesses e objetivos comuns ao do Brasil é uma importante peça no mecanismo da projeção internacional brasileira. A formação de blocos de interesses, como os fóruns IBAS (2003) e BRICS (2008), deve ser observada como uma forma de superar a marginalidade imposta pelas grandes potências aos assuntos importantes para as nações em desenvolvimento. Assim, a participação brasileira nesses grupos

representa a efetiva atuação do Brasil como um *global player* e ampliação da sua margem de manobra frente aos assuntos internacionais, uma vez que juntas essas nações podem lograr maiores êxitos frente aos países que historicamente tiveram hegemonia para decidir quais temas eram relevantes e quais medidas deveriam ser adotadas.

Outro importante foro internacional é a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo este o mais importante palco para as discursões internacionais. A atuação brasileira na instituição se faz notória desde o início da década de 90, como pode ser observado pela intensa participação do Brasil nas conferências promovidas pela ONU: meio ambiente (1992), direitos humanos (1993), desenvolvimento social (1995) entre outras. Na gestão do presidente Lula e do chanceler Celso Amorim é visível atenção dada pela diplomacia brasileira a ONU, isso se deve a dois importantes pontos. Primeiro é no âmbito dos conselhos da ONU que são debatidos e deliberados os temas de maior importância para comunidade internacional, ou seja, a participação de um país nesses encontros significa participar de forma ativa no processo decisório da política internacional, nesse sentido a chancelaria brasileira, buscou efetiva-se como parte desse processo, conseqüentemente, ampliando a atuação brasileira no âmbito internacional. O segundo ponto é o anseio brasileiro por uma cadeira permanente no Conselho e Segurança ONU, candidatura essa que se calçou nos argumentos de uma liderança regional, que será melhor analisado a seguir.

O projeto pela reforma do Conselho de Segurança e a candidatura brasileira ao mesmo órgão, se sustenta em dois pilares, que são complementares: uma representação real do sistema internacional e a liderança regional. O primeiro argumento fundamenta-se na ideia de que o principal órgão mundial que delibera sobre as questões de segurança internacional deveria refletir a nova configuração internacional, contemplando assim em seus assentos permanentes potências emergentes que representasse as regiões de são oriundas. Assim, o segundo argumento do Brasil, é a representatividade regional, ou seja, seria o Brasil a principal representante região da América Latina. Há de se ressaltar que o anseio brasileiro de uma liderança regional foi visto com desconfiança por seus vizinhos, em especial, pela Argentina.

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL NO BRASIL: UM BALANÇO

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, as funções *ex-officio* do chefe de Estado, ou seja, aquelas que são obrigação do cargo e competem privativamente ao Presidente da República, no que concerne às relações internacionais, são:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
(...) VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
(...) XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;
(...) XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; (...) (BRASIL, 1988, p. 29).

De acordo com o disposto na CF/88 as atribuições básicas e formais que competem ao presidente do Brasil no que concernem as questões internacionais estão ligadas em sua maioria a questões de representação, assinaturas de acordos e situações de Guerra. Por um longo período a historiografia da diplomacia brasileira demonstra que os presidentes do Brasil dedicaram-se exclusivamente a cumprir aquilo que era burocrático no que diz respeito às atribuições internacionais.

Nos primeiros anos da república, são raros, quase que imperceptíveis os esforços de um mandatário no sentido da execução de uma diplomacia fora dos padrões tradicionais. Entre os eventos que mais se aproximaram da execução da diplomacia presidencial podemos citar a visita do presidente Campo Sales em 1899 a Argentina, em 1899. Outro evento que indica um pouco de prestígio as relações internacionais no período em tela é a permanência do Barão do Rio Branco na pasta das relações exteriores no período de 10 anos, o que denota um grau de autoridade as questões internacionais dadas à importância do Barão, entretendo, o fato leva alguns autores a questionar o porquê não dos próprios presidentes dedicassem aos assuntos externos. (DANESE apud PRETO, 2006, p 70).

A temática é inserida efetivamente no cenário da política externa brasileira a partir de 1995, quando o presidente FHC executa um alto grau de diplomacia presidencial. É nesse período que a aumento dos trabalhos acadêmicos acerca do tema e

também da cobertura midiática sobre o tema. Segundo Danese (1999), a diplomacia presidencial é incorporada aos elementos que guariam a política externa brasileira.

Como o objetivo aqui não é aferir, nem apresentar uma historiografia de toda a história brasileira e seu relacionamento com a diplomacia presidencial, os próximos tópicos, se concentraram em apresentar como o tema foi tratado nos governos em que o tema teve maior destaque: Os de Fernando Henrique Cardoso e do de seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva.

FHC: O pioneiro

A diplomacia presidencial foi um dos pilares da política externa brasileira durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. É notório o exercício da prática diplomática no grau três da classificação proposta por Danese (1999). Dessa forma, FHC tomou iniciativas e conduziu pessoalmente a política externa em importantes momentos.

O presidente FHC utilizou a diplomacia presidencial como mecanismo para aumentar a confiabilidade junto aos demais países e dos investidores internacionais no Brasil, permitindo que o país se tornasse um destino importante de investimentos externos; conquistar o apoio dos organismos internacionais, como o FMI; e incrementar as relações bilaterais com vários países.

Um dos principais objetivos da chancelaria brasileira nesse período era reconstruir a imagem do Brasil na cena internacional, que se encontrava arranhada, principalmente nos setores econômicos e de investimento, decorrente de crises e acontecimentos internos. Para tanto, o prestígio intelectual de Fernando Henrique Cardoso somado ao recente sucesso do plano real apresentou-se como a equação perfeita para referendar as ações internacionais do Brasil perante inúmeros governos e instituições internacionais (OLIVEIRA, 2003, p.40). Nesse sentido, Danesse define a política externa de Cardoso como:

(...) maior poder nacional do país, graças à estabilidade e aos atrativos representados pelas suas dimensões econômicas, incluindo a participação no Mercosul, e pela abertura de sua economia; e, de outro lado, a vocação e a disposição pessoais do Presidente para protagonizar uma diplomacia presidencial no estilo hoje consagrado pelas melhores lideranças mundiais. (DANESSE, 1999, p.7).

Sobre o êxito alcançado pelo presidente na tentativa de melhorar a imagem do Brasil no exterior, Vigevani (2003) alerta que, apesar de ter obtido grandes avanços nesse sentido, alguns fatores internos ainda permaneciam como negativos junto à opinião pública de alguns países, em especial as nações ricas.

Outro ponto importante dentro da política externa de FHC e que se utilizou frequentemente da figura do presidente foram às parcerias bilaterais e o fomento do multilateralismo, o governo buscou estabelecer parcerias estratégicas e intensas com diferentes Estados, com os mais diversos fins e nos mais diversos setores. Durante o seu governo, o presidente FHC, estabeleceu relações com diversas nações, entre elas: China, Rússia, Japão, Portugal, Cuba e México (VIGEVAANI, 2003, p. 53). Nesse bojo, destacamos a preocupação especial dada às relações com os Estados Unidos da América e os países da América do Sul, em especial a Argentina (VIGEVAANI, 2003, p. 44).

Tabela 02- listas das viagens presidenciais nos dois primeiros anos do governo FHC

Argentina 17 de fevereiro	Reunião de presidentes e Ministérios do Brasil e Argentina
Uruguaui 28 de fevereiro a 01 de março	Posse do Presidente Júlio Maria Sanguinettu
Chile 01 a 04 de março	Visita de Estado
Estados Unidos 17 a 22 de abril	Visita de Estado
Reino Unido 05 a 07 de maio	Comemoração dos 50 anos do dia de vitória na Europa
Venezuel 03 a 06 de julho	Visita de Estado
Argentina 07 a 09 de julho	Posse do presidente Carlos Memen
Portugal 19 a 22 de julho	Visita de estado
Peru 27 a 28 de Julho	Posse do Presidente Alberto Fujimori
Paraguai 04 e 05 de agosto	VIII reunião do conselho do Mercosul
Bélgica 13 a 18 de setembro	Visita Oficial
União Europeia 13 a 18 de setembro	Visita Oficial
Alemanha 18 a 21 de setembro	Visita de Estado
Argentina 15 a 17 de outubro	V reunião Ibero-americana
Estados Unidos 20 a 24 de outubro	50 anos da ONU

Argentina 05 a 07 de novembro	V reunião do grupo dos 15
Uruguai 06 a 07 de dezembro	IX conselho do Mercosul
Alemanha 11 de dezembro	Escala técnica sem programação
China 12 a 17 de dezembro	Visita de Estado
Macau 17 de dezembro	Escala técnica sem programação
Malásia 17 a 19 de dezembro	Visita de Estado
Espanha 19 a 22 de dezembro	Assinatura do acordo quadro de cooperação entre Mercosul e União Europeia
Espanha 22 a 23 de janeiro	Escala técnica sem programação
Índia 24 a 27 de janeiro	Visita de Estado
Itália 27 a 28 de janeiro	Escala técnica sem programação
México 18 a 20 de fevereiro	Visita de Estado
Estados Unidos 09 a 11 de março	Escala técnica sem programação
Japão 12 a 15 de março	Visita de Estado
Argentina 07 a 09 de abril	Visita de Estado
França 26 a 30 de maio	Visita de estado
Suíça 30 a 31 de maio	Comitê olímpico internacional
Argentina 24 a 26 de junho	X conselho do Mercosul
Paraguai 26 de junho	Encontro com o presidente Wasmosy
Portugal 16 de julho	Cúpula dos presidentes dos países de língua portuguesa
Bolívia 02 a 04 de setembro	X reunião dos presidentes do grupo do Rio
Chile 09 a 11 de novembro	VI cúpula dos países Ibérico-americano dos chefes de Estados e dos governos
África do Sul 25 a 28 de novembro	Visita de Estado

Fonte: Danesse (1999). Elaboração própria

A autonomia pela integração foi um dos vertesses que direcionaram a política externa de FHC e a inserção brasileira na cena internacional. Nesse sentido, o governo brasileiro não negou a importância de manter boas relações com o governo norte americano, o relacionamento em questão era importante para garantir a autonomia do

Brasil junto aos demais países da comunidade internacional, bem como para viabilizar sua preponderância frente aos países da América do Sul (VIGEVANI, 2003, p. 47). Entretanto, a nova postura do governo brasileiro optou por marginalizar a posição de um alinhamento automático, que historicamente vinha sendo adotada pela chancelaria brasileira, dando assim espaço para uma aproximação próxima, mas que não excluísse outras parcerias e oportunidades para o Brasil (BARNABÊ, 2012, p. 4).

Outro ponto importante no tocante ao relacionamento Brasil-EUA no governo FHC são as discursões acerca da criação da Área de Livre Comércio das Américas Alca. A temática era presente na agenda do presidente FHC desde o final da gestão de seu antecessor Itamar Franco, quando no final de 1994 o acompanhou a Cúpula de Miami, com o intuito de protelar a criação do arranjo em questão. A postura de postergar a criação da Alca foi mantida por quase todo o mandato do presidente FHC, o que gerou um certo desconforto no relacionamento Brasil-EUA e que fora justificado pelo nos discursos do presidente pela busca de uma autonomia hemisférica dado isso o Brasil, naquele momento, tinha que priorizar a consolidação do Mercosul (BATISTA jr, 2003, p.20).

O regionalismo, principalmente na figura da Mercosul, foi outro tema recorrente na agenda externa do Brasil, representando uma parcela significativa nas viagens presidenciais e sempre presente no discursos de FHC. Os arranjos regionais que o Brasil almejava devem ser compreendidos juntamente com viés universalista e autônomo que o governo brasileiro buscava imprimir na sua política externa. Assim, a chancelaria brasileira via na consolidação do Mercosul a possibilidade de aumentar seu poder de barganha e sua capacidade junto a outras nações e também aumentar o seu manobra em âmbito regional, entretanto, a nação buscava conciliar um arranjo regional que não fosse excludente para outras relações positivas para o Brasil (MELLO, 2000, p. 112).

Por fim, devemos atentar pra o aumento do multilateralismo, que pode ser observada na intensa participação brasileira em fóruns e encontros de cúpulas. A participação do Brasil nesses encontros e instituições propiciava uma participação mais efetiva na criação regimes e normas internacionais que fossem favoráveis aos interesses brasileiros. No âmbito das relações multilaterais, podemos destacar a participação do Brasil na OMC, que foi considerado pelo governo brasileiro como a opção que melhor atenderia aos interesses do país e que também lhe resguardaria frente aos possíveis contenciosos e entreves no campo econômico.

Considerando o que foi até aqui apresentado, é notório que a política externa do Governo FHC foi marcada pelo intenso uso da diplomacia presidencial. A prática se traduziu na intensa agenda de viagens internacionais, na participação pessoal do presidente em fóruns de debates internacionais, nos esforços regionais e nas visitas oficiais feitas a outros países. Para a maioria dos autores, o sucesso da diplomacia presidencial de FHC encontra-se na habilidade prévia que FHC tinha em relação a política externa somados ao reconhecimento intelectual que o mesmo tinha na comunidade acadêmica de muitos países.

Lula: a diplomacia do carisma

Assim como seu antecessor, os traços da política externa desse governo também foram permeados pela diplomacia presidencial. A prática diplomática nesse governo continua a ser utilizada como forma de alavancar e manter a evolução que a PEB vinha ganhando nos últimos anos. Rodrigues (2014) chama a atenção para uma peculiaridade no exercício da diplomacia presidencial no período em questão, para a autora a condução da política externa feita pelo presidente Lula é permeada por um carisma e ideologias próprias, dando uma nova roupagem à diplomacia presidencial executada pelo Brasil.

Não surpreendentemente, o presidente Lula deu continuidade ao legado internacional deixado pelo seu antecessor, viagens e participações em encontros internacionais continuaram a marcar a agenda do Brasil. Fato que corrobora para a percepção de uma continuidade da diplomacia presidencial naquele governo, e que chamou bastante atenção da imprensa brasileira na época, foi à aquisição de um novo avião presidencial, popularmente conhecido como *Aerolula*, à compra foi feita sobre a justificativa de executar as viagens do presidente com mais rapidez evitando escalas.

Para Ricupero (2010), a PEB desse período é formada com forte viés nacionalista e circulada por ideologias esquerdistas oriundas do partido a qual pertence o presidente Lula, o partido dos trabalhadores. Nesse sentido, três foram apontadas como as prioridades da política externa do governo Lula, os avanços no Mercosul, a formação de acordos multilaterais e regionais e a conquista de um assento no conselho de segurança das Nações Unidas (ALMEIDA, 2010, p. 79).

A região sul-americana teve especial destaque nas relações internacionais executada por Lula, entre as sua principais preocupações estavam o ensejo de promover

a integração da América do Sul e de tornar o Mercosul um bloco econômico forte e de maior representatividade no globo, tendo como uma das suas principais metas avançar o *status* do bloco para uma zona de livre comércio (VIZENTINO, 2003, p. 91). Com intuito de alcançar os objetivos citados, a diplomacia presidencial foi uma ferramenta constantemente usada pela chancelaria brasileira. Dentre as áreas do globo os países da América do Sul, além de tornarem-se os principais parceiros do Brasil foram os que mais receberam visitas do presidente Lula somando o total de 57¹, incluindo visitas oficiais e reuniões de cúpulas.

Vizentino (2003) chama a atenção que a primazia pela região dada pelo PEB de Lula encontra-se diretamente entrelaçada com os demais objetivos por ela almejada, para o autor a integração da América do Sul era de vital importância para que o país ganhasse maior poder de manobra na comunidade internacional e também para a construção da imagem de uma liderança regional.

Tabela 02 – Viagens presidências de Lula por regiões

Região	Número de Viagens
África	18
América Central	16
América do Norte	97
América do Sul	57
Ásia	10
Europa	36
Encontros Multilaterais	71

Fonte: Dados Brasil. Elaboração: João Marcelo Cornetet (2014)

Outra estratégia presente na política externa desse governo foi à diversificação de parcerias e a formação de arranjos com países que se encontravam fora do eixo tradicional das alianças brasileiras (SANTANA, 2012, p 17). A chancelaria havia herdado de seu antecessor um espaço maior para suas ações e em certa medida, uma

¹ Fonte: Palácio do Planalto.

respeitabilidade. Nesse sentido, como um dos objetivos da Política de Lula era a consolidação do Brasil como nação influente na comunidade internacional e contestar a hegemonia vigente no sistema internacional, diversos foram os arranjos e acordos que não representaram ganhos imediatos para o Brasil, mas que eram consideradas como plataforma para barganhar os interesses brasileiros (RODRIGUES, 2014, p. 31).

A criação dos fóruns BRICS e IBAS é significativa para exemplificar o acima descrito, a aproximação com nações emergentes e que buscavam objetivos comuns aos do Brasil era visto como uma importante oportunidade de requerer direitos mais equitativos frente às normas e regimes internacionais e uma representatividade mais igualitária dentro das instituições internacionais. A diplomacia presidencial tem importante papel nesse cenário, a figura do mandatário engajado nos objetivos almejados pelo arranjo dos países emergentes, concede credibilidade aos pleitos requeridos. No governo Lula, além da participação nas cúpulas dos fóruns em questão, visitas oficiais foram feitas aos países que compõem os blocos.

A busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas está imbricada a conquista e execução dos dois objetivos acima citados. A necessidade de uma reforma que representasse de forma real do globo, quebrando a hegemonia então existente, era o principal argumento brasileiro. Os discursos presidente Lula, em consonância com o do chanceler Amorim, iam de encontro com a ideia de que o Brasil era líder natural e representante natural da região da América do Sul, baseados nos esforços e pressupostos até aqui expostos.

A execução da diplomacia presidencial nos dois mandatos de Lula foi fortemente marcada pelo tom carismático e personalista, comum a sua trajetória política e também presente em diversos governos populistas na América Latina (RODRIGUES, 2014, p. 40). O personalismo adotado pelo presidente na condução das relações exteriores do Brasil é visto por diferentes ângulos pelos estudiosos de política externa.

Abreu (2006) aponta um exagero na inserção da personalidade do presidente na condução externa do país. Para o autor, os interesses do Brasil são marginalizados em detrimento da exposição da figura presidencial e da sua autopromoção. Já Ricupero (2010), apresenta posição mais branda, creditando como positivas a atuação carismática do presidente somada a sua trajetória pessoal na execução da política externa. Nas palavras do autor:

O presidente Lula potencializou e multiplicou essas condições propícias ao simbolizar de certo modo, pela sua história pessoal, o exemplo de ascensão do país como um todo. Sua identificação com as grandes causas sociais de luta contra a fome e a pobreza, o carisma de personalidade autoconfiante, a vocação inata à negociação foram elementos adicionais para reforçar a percepção externa da emergência do Brasil como ator global (RICUPERO, 2010, p. 38).

Por outro lado, o autor pontua que o excesso do personalismo e do viés ideológico partidário, presente na PEB desse período, pode ser prejudicial à diplomacia brasileira, criando quase que uma imagem de dependência da chancelaria para com o presidente da república (RICUPERO, 2010, p. 39).

Por fim, frente ao exposto, podemos notar que a diplomacia executada durante os dois mandatos do presidente Lula é marcada pelo elo entre o ator carismático e a vertente ideológica que o mandatário representaria. As ações executadas no tabuleiro internacional foram pensadas e baseadas no seio das ideologias nacionalistas com pinceladas esquerdistas, herdadas das raízes partidárias, e executadas pelo presidente com tons carismáticos, típicos de Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas e profundas as transformações que caracterizam o cenário internacional no pós Guerra Fria. Novos desafios e oportunidades surgem frente às novas perspectivas da política internacional, da emergência de novos temas na agenda externa dos Estados e de novos modelos de arranjos internacionais. As mudanças estruturais e sistêmicas exigiam dos Estados e dos outros atores que passaram a compor a cena internacional, que pensassem em uma nova forma de fazer a política internacional, era imprescindível dar novas alternativas e enxergar novos caminhos para a interação entre as nações e para a inserção dos Estados nos mais diversos meios da comunidade internacional. Frente a essa realidade e buscando se adequar a complexidade das novas teias de relacionamento que surgiam no tabuleiro das relações internacionais, a diplomacia assume novas roupagens, como a diplomacia pública, a diplomacia empresarial e a diplomacia presidencial.

É nesse cenário que se arquiteta a política externa dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, a PEB é marcada pela intensificação do multilateralismo, diversificação dos parceiros comerciais e a formação de parcerias estratégicas nas mais diversas áreas. Nas últimas décadas, podemos observa

como uma das principais diretrizes da PEB a construção de alianças e parcerias no plano global e regional, simultaneamente, em prol de causas e objetivos do desenvolvimento econômico e social, essa postura brasileira objetiva a promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações, bem como a busca por aumentar o poder de manobra do Brasil junto às demais nações do globo.

Peça importante no jogo da política externa dos dois governos supramencionados foi execução da diplomacia presidencial. Ambos os governos utilizaram-se em larga escala do artifício diplomático, a prática, em seu grau máximo, pode ser comprovada pelo grande número de viagens internacionais feitas pelos presidentes no decorrer de seus mandatos. Importante ressalva a ser feita, é que as viagens ao exterior por si só não caracterizam a execução da diplomacia presidencial, ou seja, a finalidade daquela viagem é que da forma a execução da diplomacia presidencial. Assim, devemos ter em mente que a participação apenas representativa de um presidente em uma reunião internacional ou em uma vista oficial não é diplomacia presidencial, a prática só é consagrada quando o mandatário a faz com objetivos participativos e não meramente representativos, onde ele tem as rédeas da política externa em suas mãos.

Confrontando as viagens feitas em ambos os governos, é notório que três foram caminhos foram às prioridades da diplomacia presidencial por eles executadas: a diversificação das parcerias em diversos setores, as questões regionais e por fim a intensificação da participação em fóruns e arranjos multilaterais.

Como apresentado, no governo FHC, consolidou-se a criação de novas parcerias como no caso de China e Japão, a reestruturação de antigas parcerias, como no relacionamento com Estados Unidos, uma especial atenção a parcerias que se alocavam no seu raio geoeconômico, como no caso do Mercosul e o fomento na participação de fóruns internacionais, em especiais os votados para a área econômica, como é o caso da OMC.

Foram centrais para a intensa participação do presidente FHC na seara da política externa brasileira duas condicionantes, um alocado no âmbito da política brasileira e a outra na cena acadêmica. No campo da política a passagem do presidente pelos ministérios das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994) eram importantes credenciais para sua atuação externa, o relativo sucesso do plano real, somado a sua habilidade prévia em relação aos assuntos diplomáticos lhe concedia certo tom de respeito junto a outras nações e instituições internacionais. Na área acadêmica, a sua formação e seus esforços intelectuais produzidos no campo da sociologia e política

internacional era um importante passaporte para apresentar diante dos mais diversos governos e da opinião pública dessas nações.

Assim, é notório que a diplomacia presidencial executada nesse governo estava calcada na importância que o nome Fernando Henrique Cardoso representava na comunidade internacional. O Itamaraty, aliado a FHC, buscou desse modo atingir os resultados almejados pela política externa desse período.

Sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o espaço já galgado pelo presidente FHC, permitiu que a diplomacia presidencial fosse executada com maior margem para manobras, explorando novos caminhos e áreas, que até então não tinham sido contempladas pelo seu antecessor.

A ferramenta foi amplamente utilizada nas relações com os países da América do Sul, os anseios pelo exercício de uma liderança, que também representaria em uma maior visibilidade na comunidade internacional, exigiram da chancelaria brasileira e do presidente Lula uma especial atenção para aqueles países, que se tornaram parceiros importantes para o Brasil naquele momento.

A diversificação das parcerias também e os encontros multilaterais também contaram com a condução pessoal de Lula. A preocupação da chancelaria, que outrora estava preocupada em estabelecer parceiros com resultados e ganhos imediatos, passou a buscar por estratégias que lhes permitissem amplificar sua voz, buscando assim participar de forma mais ativa na construção dos regimes e normas e de uma comunidade internacional que representassem de forma mais clara e ampla os direitos das nações emergentes.

Por fim, esse governo buscou, por meio de sua política externa, contestar a hegemonia vigente dentro do sistema internacional, em especial na representatividade das principais instituições internacionais. As palavras que ecoaram nos discursos do presidente Lula sinalizava a insatisfação da chancelaria brasileira com os atuais moldes da representatividade internacional. O cenário era visto como retrogrado e congelado, representando uma realidade internacional atrasada e antiga, necessitando urgentemente de uma reforma que visasse imprimir a nova realidade internacional.

Não diferente de FHC, a diplomacia que Lula conduziu fora marcada por duas vertentes, uma de ordem política e outra de ordem pessoal, que no seu desenrolar se entrelaçam. Na cena política, o histórico de sua trajetória e o viés partidário foi importante para a formulação das diretrizes que seriam adotadas, bem como para decisão de suas prioridades e parcerias. No campo pessoal, o carisma do presidente na

condução da política foi fundamental para que Lula aproveita-se as oportunidades que surgiram durante seu governo.

Enfim, podemos observar que frente às novas demandas e a atual complexidade das relações internacionais, o Estado brasileiro, em seus mais recentes governos usou o recurso da diplomacia presidencial como um instrumento real em prol da ampliação dos êxitos no jogo do poderio internacional. Também ficou claro que quando feita, a diplomacia presidencial representa a conjunção de fatores políticos e pessoais, como nós casos apresentados ao decorrer do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Brasil como ator regional e como emergente global.** Cena Internacional, Brasília, v. 09, n. 01. 2007. Disponível em: <www.pralmeida.org/05DocsPRA/1748BrAtorGlobCenaInter.pdf>. Acesso em 29 de setembro 2014.

BARNABÉ, Israel Roberto. **O Itamaraty e a diplomacia presidencial nos governos Lula e FHC.** Revista de estudos internacionais, v. 01, n. 02. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/index.php/rei/article/view/22>>.

BIZ, Osvaldo. " *Globalização: Concepções diversas* ". In: DORNELLES, Beatriz (org.). **Brasil e o mundo temas em debate na mídia.** Porto Alegre: EDIPUCRURS, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfica, 1988.

CAMARGO, Júlia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque em 2003.** Curitiba: Juára, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso.** Revista brasileira de política internacional, v. 45 p, 5-35. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2015.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Diários do Príncipe: Imprensa e política externa no governo Cardoso (1995 -2002).** 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC- RIO.

DANESE, Sérgio França. **Diplomacia Presidencial: história e crítica.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de e RIBAS, Letícia Diniz. **A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula.** III simpósio em Relações Internacionais, PUC. 2011. Disponível em: http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/leticia_ribas_carlos_faria.pdf. Acesso em: 17 de novembro de 2014.

GILBOA, Eytan. **American public opinion toward Israel and Arab-Israeli conflict.** Lexington: Lexington Books, 1987.

LESSA, Mônica e GAVIÃO, Leandro. " *Política externa, mídia e propaganda nos governos Lula da Silva (2003-2010)* ". In: Freixo, Adriano de et al. (orgs.). **A política externa brasileira na Era Lula.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

MARANUCCI, Raquel Boing. **Mídia e Relações Internacionais.** Univ. Rel. Int., Brasília, v. 6, n. 1. 2008. Disponível em:

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/836/712>>. Acesso em: 20 de setembro 2010.

MELLO, Flávia de Campos. **Regionalismo e inserção internacional:** continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. 2000. Tese de doutorado. (Doutorado em Ciência Política) - USP

OLIVEIRA, Rafael dos Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais:** seu protagonismo no uso do soft Power aos desafios das mudanças climáticas. 2010. 419 f. Tese. (Doutorado em Direito) – UFSC.

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial:** o papel da presidência da república na formulação de política externa. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – USP

RODRIGUES, Jamile Bilu. **Um estudo da diplomacia presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva a partir da perspectiva do fotojornalismo.** 2014. Disponível em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/4842/1/Jamile%20Bilu%20Rodrigues.pdf> f. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da Informação:** O novo jogo de poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumento de Estado nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; CINTRA, Rodrigo. **Política Externa no Governo FHC: a busca da autonomia pela integração.** Tempo Social, vol. 15, no. 2, 2003.